



Empresa de Planejamento e Logística S.A.
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Estudo Técnico Preliminar da Contratação/COAPE-EPL/GEPE-EPL/DGE-EPL-EPL

Brasília, 29 de outubro de 2021.

Estudo Técnico Preliminar

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Trata-se da realização dos Estudos Técnicos Preliminares para levantamento de elementos e análise da viabilidade da contratação de empresa especializada em prestação de Serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, em atendimento as Normas Regulamentadoras - NRs, que são relativas à segurança e medicina do trabalho e são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pelas Consolidações das Leis do Trabalho - CLT art. 157 e 158 e exigências contidas no Capítulo V da CLT, e Portarias do Ministério do Trabalho que tratam do assunto.

1.2. A contratação tem por objeto o atendimento a Norma Reguladora n.º 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, alterada pela Portaria SEPRT 6.730 de 09 de Março de 2020, cabe o cumprimento do Gerenciamento de Riscos Operacionais - GRO, elaboração e implantação Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, elaboração e implantação da Norma Reguladora n.º 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, alterada pela Portaria SEPRT n.º 6.734, de 09 de março de 2020, elaboração e implantação do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, conforme art. 58 § 4º da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, elaboração e implantação da Norma Reguladora n.º 09- Avaliação das Exposições Ocupacionais aos Agentes Físicos, Químicos e Biológico, antigo PPRA, conforme Portaria SEPRT n.º 6.735, de 10 de março de 2020, elaboração do Laudo Técnico das Condições do Ambiente do Trabalho - LTCAT conforme art. 58 § 1º da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, da Empresa de Planejamento e Logística EPL S.A.

1.3. As Normas Regulamentadoras NR-1, NR-7, NR-9, obrigam as empresas celetistas a elaborarem anualmente o Gerenciamento de Riscos Operacionais - GRO, Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), a Norma Regulamentadora n.º 17 visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores relativa a Ergonomia, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente, visando eliminar possíveis fontes de doenças ocupacionais ou do trabalho.

1.3.1. Considerando que a EPL não possui condições internas de atendimento da demanda será necessário instruir processo de contratação para prestação de serviços de exames médicos para fins ocupacionais, elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e Homologação de Atestado Médico e Perícia Médica, visando atender às necessidades da EPL.

1.4. A contratação dos serviços deverá observar, ainda, as disposições das seguintes legislações:

1.4.1. Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 e alterações posteriores;

1.4.2. Decreto n.º 6.204, de 05/09/1997, que regulamenta a Lei n.º 123/2006;

1.4.3. Decreto n.º 10.024/19, regulamento o Pregão Eletrônico;

1.4.4. IN n.º 40, de 22 de maio de 2020, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares -ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

1.4.5. IN n.º 5, de 26 de maio de 2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

1.4.6. IN n.º 65 de 7 de julho de 2021, regulamenta procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

1.4.7. Decreto Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e suas alterações;

1.4.8. Atender as Normas Regulamentadoras NR-1; NR-7; NR-9; e NR-17 do MTE;

1.4.9. Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991;

1.4.10. Atender o que couber da Portaria 3.214/78 MTE; e

1.4.11. Nos casos omissos, toda Legislação Federal pertinente.

2. ÁREA REQUISITANTE

2.1. Gerência de Pessoas, Conhecimento e Inovação - Grasielle de Oliveira Abrantes

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação abrange os seguintes requisitos:

3.2. Execução:

3.2.1. PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (NR 9)

3.2.1.1. O PPRA deverá conter além da identificação e reconhecimento dos agentes de riscos ambientais (químicos, físicos e biológicos), os riscos ergonômicos e de acidentes, cuja redação deve atender aos itens obrigatórios da citada NR.

3.2.1.2. As ações do PPRA contemplam os seguintes serviços:

I - Elaboração e planejamento de acordo com o cronograma, contendo a descrição das ações preventivas, em observância às prescrições normativas discriminadas na NR 9 a ser realizado na EPL. Deve conter, no mínimo: objetivo, diretrizes básicas, metas, prioridades, estratégia e metodologia de ação – para reconhecimento e avaliação – estabelecimento do nível de ação/monitoramento, registro e divulgação dos dados, vigência, responsabilidades, cronograma anual de metas e ações, avaliação do desenvolvimento do PPRA e renovação do PPRA.

II - Acompanhamento e execução, com a assistência técnica do Engenheiro do Trabalho no desenvolvimento do programa, utilizando o documento-base como parâmetro para as ações que deverão ser realizadas mensalmente, seguindo o cronograma aprovado, visando a completa execução.

3.2.2. Para a elaboração, planejamento, acompanhamento e execução das ações do PPRA, deve contemplar os seguintes serviços:

I - Elaboração do registro físico dos riscos existentes e que venham existir na CONTRATANTE, com registro fotográfico das instalações, móveis e equipamentos, realizando as medições e avaliações;

II - Planejamento anual que deverá ser descrito por ordem de prioridade e inserido ao final do PPRA, juntamente ao cronograma de ações a serem realizadas mensalmente;

III - Sugestão de treinamento, cursos, palestras e melhorias em processos;

IV - Acompanhamento e execução para o desenvolvimento do PPRA, na implantação de medidas de controle com as estratégias e metodologia de ação para a prevenção e eliminação dos riscos e o desenvolvimento do PPRA bem como avaliação de sua eficácia após a implantação;

V - Palestras educativas e programas de prevenção;

VI - Elaboração dos laudos periciais sobre acidentes do trabalho, doenças profissionais e condições de insalubridade e periculosidade, quando necessário, de modo a fornecer os pareceres para a área de Gestão de Pessoas.

VII - Avaliação das condições de trabalho incluindo aspectos relacionados ao levantamento, ao transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos, às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho;

VIII - Verificar o tempo de exposição diário dos empregados aos riscos, bem como a quantidade de produto manuseado. Avaliar quantitativamente os riscos ambientais (químicos, físicos e biológicos) com os setores em funcionamento;

IX - Utilizar o cronograma do plano de ação anual do PPRA para propor a eliminação ou neutralização dos riscos avaliados;

X - Descrever quais as medidas ou equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletiva (EPC) necessários à eliminação ou neutralização dos riscos.

XI - Realizar as avaliações ambientais separadamente por unidade e por ambiente periculado, sendo as informações coletadas próximo ao empregado que está exposto ao maior risco dentro do ambiente.

XII - Emitir parecer sobre questionamentos referentes aos PPRA durante a vigência dos mesmos, sempre que a CONTRATANTE solicitar;

XIII - Relacionar no cabeçalho da planilha todas as substâncias manuseadas no ambiente periculado. Nas planilhas de avaliações qualitativas e quantitativas, deve-se avaliar apenas as substâncias usadas com maior frequência e que o tempo de exposição e a quantidade manuseada justificar a avaliação. Nas planilhas das avaliações ambientais, não relacionar as informações de 02 (dois) ou mais ambientes na mesma página. Cada planilha deverá ser impressa de forma que se possa separar as folhas por ambiente periculado. Preencher apenas o cabeçalho da planilha (identificando o ambiente) e a conclusão (caracterizando as condições de trabalho) quando o ambiente for considerado ausente de risco;

XIV - Assistência Técnica em Segurança do Trabalho, nas demandas internas e judiciais, compreendendo a indicação de assistente técnico legalmente habilitados, elaboração de quesitos, acompanhamento e manifestação sobre laudos nas demandas em que a CONTRATANTE for parte.

3.2.2.1. A CONTRATADA deve garantir que os trabalhadores possam interromper suas atividades e abandonar o local de trabalho, sempre que suspeitarem da existência de risco grave e iminente para sua segurança e saúde ou a de terceiros, devendo no PPRA especificar as situações e como fazer em tais casos;

3.2.2.2. O PPRA deverá ser entregue, no máximo, até 30 (trinta) dias corridos após a Ordem de Serviço (OS), em arquivo eletrônico (elaborado em editor de texto, do tipo MICROSOFT WORD e/ou MICROSOFT EXCEL) e em PDF. Deverá ser entregue, no mínimo, 1 (uma) cópia impressa, devidamente assinada, no setor de Gestão de Pessoas.

3.2.3. PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (NR 01)

3.2.3.1. A elaboração do PGR deverá obedecer aos dispositivos da nova NR-01 e futuras atualizações, Portaria SEPRT nº 6.730, de 9/03/2020;

a) **O PGR deverá contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de SST;**

b) **O PGR deverá ser estruturado em software ou plataforma WEB de gestão de SST, que permita acessar informações de forma individualizada por trabalhador, emitir relatórios, bem como conter elementos compatíveis com a elaboração do LTCAT, de forma a subsidiar a elaboração do PPP, além da transferência de dados conforme exigências do eSocial.**

3.2.3.2. A elaboração dos documentos técnicos que irão compor o PGR deverão ser realizados por equipe técnica especializada, multidisciplinar, composta, no mínimo, por três profissionais:

a) necessariamente um Engenheiro de Segurança do Trabalho (Engenheiro ou Arquiteto) preferencialmente com experiência em higiene ocupacional, um Médico do Trabalho, podendo o terceiro ser um Técnico de Segurança do Trabalho ou outro profissional de nível superior com especialização na área de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

3.2.3.3. O PGR deverá ser elaborado e implementado para a EPL, contemplando todos os ambientes onde atuam os empregados, servidores cedidos de outros órgãos e estagiários.

3.2.3.4. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá manter reuniões, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, na modalidade virtual ou presencial, com o Setor de Gestão de Pessoas, a fim de realizar o planejamento das fases do PGR, bem como apresentar relatórios e outras informações necessárias.

3.2.3.5. A CONTRATADA deverá elaborar um "Manual do PGR", no forma digital e impressa, documento único que reúne as informações de forma didática e simplificada a ser apresentado por meio de reuniões com a administração para a apresentar o planejamento das fases de execução do PGR, a definição dos critérios e procedimentos para a avaliação de risco, bem como o diagnóstico de conformidade legal referente às normas de SST.

3.2.3.6. A CONTRATADA deverá realizar visitas técnicas de reconhecimento das características das atividades desempenhadas pela EPL e a elaboração da primeira Versão do Inventário de Riscos ocupacionais (levantamento preliminar de perigos).

3.2.3.7. A Primeira versão do Inventário de Risco terá enfoque qualitativo, contemplando a identificação e descrição dos perigos e a avaliação dos riscos ocupacionais (físicos, químicos, biológicos e ergonômicos), bem como a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos aos riscos.

3.2.3.8. Deverá ser adotado a matriz de risco como ferramenta de avaliação de riscos.

3.2.3.9. Para a avaliação ergonômica preliminar, a CONTRATADA deverá documentar as condições de trabalho inadequadas com fotografias, nas quais apareça o trabalhador executando as atividades consideradas de alta exigência.

3.2.3.10. A avaliação por Grupo de Exposição Similar (GES) será aceita na hipótese em que o grupo seja composto por empregados de uma mesma unidade, isto é, apenas os expostos às fontes de um só local de trabalho, garantindo maior credibilidade aos resultados.

3.2.3.11. Após a etapa descrita no item anterior, a CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Ação de caráter emergencial, apontando situações nas quais as medidas preventivas poderão ser adotadas diretamente, e ainda:

a) Apresentar o Plano de Ação por meio de reuniões com a Gerência de Pessoas da EPL, indicando as formas de eliminação dos riscos identificados e os procedimentos e investimentos de adequações necessários (ambiente físico, legislações e padronização de materiais), dentre outros;

b) Indicar as formas de introduzir e disciplinar, através de normas e treinamentos, o uso consciente dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's);

c) A CONTRATADA será comunicada sobre a ocorrência de mudança nos endereços ou nos layout internos, por meio de e-mail institucional da CONTRATANTE que informará o novo endereço ou mudança realizada, devendo a unidade ser avaliada ou reavaliada pela CONTRATADA;

d) As visitas técnicas realizadas pela CONTRATADA serão monitoradas por profissional da EPL, designado para tal, o qual será responsável pela fiscalização dos serviços executados e pela comunicação entre a CONTRATADA e a EPL, após a assinatura do contrato.

3.2.3.12. O Inventário de Risco e o Plano de Ação deverão ser avaliados de forma continua, devendo a CONTRATADA apresentar relatório gerencial, na forma digital e impressa, com a indicação das alterações previstas e implementadas;

a) O Relatório de Gestão deverá conter informações relativas à eficácia das medidas preventivas adotadas, o cumprimento de etapas previstas no Plano de Ação, as visitas presenciais realizadas, avaliação de risco, o monitoramento e a adequação dos ambientes de trabalho, dentre outras ações previstas no Plano de Ação;

b) Ao final do contrato deverá apresentar um relatório final compilando todas as informações de gestão do PGR.

3.2.3.13. O PGR que será elaborado para a EPL deverá incluir informações quanto aos riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades de prestação de serviço por empresa terceirizada e/ou outros.

3.2.3.14. Para fins do Gerenciamento de Risco Ocupacional a CONTRATADA prestará informações a CONTRATANTE quanto a assuntos especializados vinculados à SST.

3.2.3.15. **A CONTRATADA deverá redigir os documentos do PGR atendendo aos itens obrigatórios da nova NR-01, aos requisitos do eSocial, no que tange às informações dos eventos de SST, fornecendo os dados em meio eletrônico, conforme exigidos pelos órgãos fiscalizadores.**

a) Os documentos/relatórios do PGR, deverão ser transmitidos por correio eletrônico para a conta da CONTRATANTE, no formato PDF/A;

b) **A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao software ou plataforma WEB de SST, para fins de gestão do contrato e auditorias de órgãos fiscalizadores;**

c) **Os documentos previstos nas NRs deverão ser emitidos e armazenados em meio digital com certificação digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), normatizada por lei específica.**

d) Acesso de usuário com login e senha;

e) As informações ao eSocial deverão ser em meio digital, de acordo o manual do eSocial e os normativos pertinentes ao tema;

f) O treinamento no sistema gestor, deverá ser realizado conforme as necessidade da EPL;

g) As empresas deverão prestar manutenção e atendimento técnico ao software quando solicitado;

h) As empresas deverão disponibilizar atendimento telefônico com o suporte técnico.

3.2.3.16. O programa tem por principal objetivo, evitar, ou seja, prevenir que acidentes ambientais ocorram, que possam vir prejudicar a vida de colaboradores, a propriedade privada e também o meio ambiente, isto é, o programa visa acima do gerenciamento utilizar técnicas eficazes que não permita a possibilidade de um acidente. Para que isso seja possível, o PGR precisa ser estruturado sob um escopo que contemple requisitos necessários que venham prevenir possíveis acidentes ambientais, contudo, caso ocorram, é necessário adotar os requisitos que apontam as ações para a minimização dos danos, ou seja, de seus impactos, a curto, médio e longo prazo. Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece os requisitos para a avaliação das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos quando identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, previsto na NR-1, e subsidiá-lo quanto às medidas de prevenção para os riscos ocupacionais.

3.2.4. LTCAT – LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (NR 9)

3.2.4.1. O LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, incluindo o Laudo de Insalubridade e o Laudo de Periculosidade, será o documento que avaliará qualitativa e quantitativamente os riscos ambientais, bem como estabelecendo o enquadramento das atividades em: salubres, insalubres, perigosas e aposentadoria especial.

3.2.4.2. As ações do LTCAT contemplam os seguintes serviços:

a) Descrição por extenso do título do documento e identificação da entidade emitente, cujos dados devem ser emitidos separadamente do PPRA e do PCMSO, em formulário próprio;

b) Identificação do estabelecimento indicando CNPJ, endereço, nome fantasia, atividade, grau de risco, número de empregados (quantificação de homens e mulheres) e horário de trabalho;

c) Objetivo da avaliação expressando a extensão dos trabalhos executados necessariamente, abrangendo a caracterização das ocorrências de trabalhos em condições insalubres ou perigosas, em conformidade com as legislações vigentes quando da celebração da prestação dos serviços;

d) Descrição fotográfica e análise detalhada das dependências e instalações periclitadas, de cada atividade exercida, do ambiente de trabalho, abrangendo a função e o quantitativo dos empregados periclitados, e das máquinas e equipamentos utilizados pela CONTRATANTE;

e) Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de riscos (químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes), necessariamente descrevendo a metodologia de ação e critérios técnicos adotados, identificados nos ambientes de trabalho, bem como o tempo de exposição ao risco identificado;

f) Identificação dos respectivos riscos ocupacionais e seus agentes nocivos;

g) Medições dos agentes nocivos identificados, com equipamentos adequados e devidamente calibrados, bem como análises laboratoriais;

h) Análise qualitativa e quantitativa dos agentes acima citados, contendo a descrição da metodologia de ação, critérios técnicos e a instrumentação utilizada, necessariamente abrangendo para os estabelecimentos de armazenamento, a medição de ruídos, calor, concentração de poeiras e dos agentes químicos, originados de produtos inseticidas empregados nos tratamentos fitossanitários;

i) Todos os instrumentos utilizados deverão ser descritos com o mínimo (marca, modelo, número de série, calibração);

j) Registro fotográfico de toda avaliação (foco no ambiente, profissional e colaborador);

- k) Medida de proteção individual e coletiva existentes, contendo identificação dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs utilizados mediante consignação do número do Certificado de Aprovação – CA e da avaliação do nível de eficácia de proteção, indicando, inclusive se o EPI e o EPC são eficazes na proteção aos agentes de risco detectados, concluindo com “sim” ou “não”;
- l) Fundamentação científica e abordagem sobre a legislação pertinente sobre os riscos identificados, na apresentação explícita das conclusões sobre os efeitos dos agentes classificados como insalubres ou perigosos e os valores dos correspondentes adicionais, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a fundamentação legal;
- m) Proposição de Medidas de Controle para o ambiente avaliado, estipulando prazos para adoção do controle dos riscos, bem como acompanhamento sistemático da eficácia das medidas.
- n) Qualificação da Insalubridade e/ou Periculosidade (se houver), respectivo percentual de pagamento e enquadramento com relação à aposentadoria especial (INSS);
- o) Bibliografia consultada, adotando o padrão estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- p) Nome e identificação profissional do responsável pela elaboração do laudo, informando NIT, PIS/PASEP, o número de registro no respectivo conselho e a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do serviço prestado.

3.2.4.3. A fase de avaliação quantitativa compreende a medição do risco, guardando atenção especial à essência do risco e ao tempo de exposição. Esta etapa ou fase pericial só é possível realizar quando o técnico tem convicção firmada de que os tempos de exposição, se somados, configuram uma situação intermitente ou contínua. Segundo a Portaria nº 3.311, a concessão do adicional não possui respaldo legal quando as atividades são desenvolvidas de forma eventual, resguardando os limites de tolerância estipulados para o risco grave e iminente;

3.2.4.4. Nas planilhas das avaliações ambientais, não relacionar as informações de O2 (dois) ou mais ambientes na mesma página. Cada planilha deverá ser impressa de forma que se possa separar as folhas por ambiente periciado;

3.2.4.5. No LTCAT deve constar nas conclusões de cada local avaliado, a relação dos EPIs e EPCs necessários a eliminação ou neutralização dos riscos ambientais identificados para os PPRAs e os LTCATs (laudos de insalubridade e periculosidade);

3.2.4.6. Caso o empregado não esteja exposto excedente ao Limite de Tolerância, ou que o EPI se fizer eficiente, é obrigatório constar como observação nas planilhas de avaliação quantitativas e qualitativas. “A utilização de EPI adequado para proteção do empregado que está exposto ao risco, elimina o pagamento do adicional de insalubridade, conforme artigo 191 da CLT e o item 15.4 da Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho e Emprego”.

3.2.4.7. Se a atividade for considerada insalubre, deverá indicar o grau do adicional;

3.2.4.8. Informar se a atividade gera aposentadoria especial conforme legislação do INSS;

3.2.4.9. O item de avaliação do LTCAT deve observar, também, os seguintes procedimentos:

- a) A capa, o perfil da unidade, o dimensionamento atual do SESMT (citando os nomes, cargos, matrículas e número do registro dos profissionais) e os nomes e atribuições dos membros CIPA se houver, os formulários de avaliação, controle e monitoramento dos riscos, planilhas das avaliações quantitativa e qualitativa e o plano anual deverão ser padronizadas;
- b) O engenheiro contratado deverá utilizar o cronograma de ação do plano anual do PPRA para sugerir melhorias nos processos/ambientes periciados;
- c) Realizar e acompanhar Dosimetria de ruído de jornada inteira, nos ambientes ou atividades em que a avaliação qualitativa identificar a existência deste risco, sendo obrigatório à apresentação dos histogramas ou tabela que possibilite a identificação das frequências avaliadas. Os demais ambientes que não apresentarem este risco deve-se medir o ruído com decibelímetro;
- d) Medir poeiras total e respirável, nas unidades armazenadoras, caso este risco seja identificado no ambiente;
- e) Medir temperatura ambiente em todos os locais avaliados, e medir o IBUTG apenas nos setores que apresentarem este risco, ainda, observar a estabilização do instrumento de medição (termômetro);
- f) Medir umidade relativa do ar em todos os ambientes;
- g) As avaliações ambientais deverão ser realizadas separadamente por ambiente periciado, sendo as informações coletadas próximo ao empregado que está exposto ao maior risco dentro do ambiente;
- h) Nas avaliações ambientais para medir o nível de pressão sonora (ruído) de jornada inteira, não será aceito o uso do equipamento chamado Decibelímetro, determinamos o uso de Audiodosímetro;
- i) Todas as substâncias utilizadas nos locais periciados deverão ser relacionadas em campo específico das planilhas de avaliação;
- j) As avaliações dos riscos ambientais (químicos, físicos e biológicos) deverão ser quantificadas com os setores e unidades em funcionamento;
- k) As avaliações dos riscos ambientais (químicos, físicos e biológicos) deverão priorizar as análises quantitativas para agentes de maior risco no ambiente de trabalho e que possuam limites de tolerância estabelecido nas NRs. Entretanto, quando não for possível quantificar os agentes de risco, deve-se justificar a inviabilidade e qualificá-lo, caracterizando a atividade de forma a atender exatamente o texto descrito nas NRs;
- l) Na impossibilidade de se avaliar quantitativamente os riscos ambientais (químicos, físicos e biológicos) nos locais em funcionamento, deve-se qualificar os agentes, descrevendo obrigatoriamente a periodicidade de manuseio e o tempo de exposição.

3.2.4.10. Especificações relativas às avaliações quantitativas:

- a) medição de ruído em toda a jornada poderá ser de modo individual para cada trabalhador ou considerando grupos homogêneos de risco, devendo ser explicitada qual das alternativas foi considerada na medição. Os valores dos níveis de pressão sonora a que estão expostos os trabalhadores devem ser indicados considerados o nível de redução de ruído promovido pelos equipamentos de proteção utilizados;
- b) As aferições dos níveis de exposição ao agente ruído acima de 80 (oitenta) dB (A) devem ser obtidos mediante mensurações realizadas por equipamentos dos grupos de qualidade de “zero” a “dois” da classificação IEC 60.651 ou ANSI S1.4, com certificado de calibração, devendo ser descrita a metodologia utilizada e o tipo do equipamento, conforme exigência contida na NR 15. Necessariamente devem ser efetivadas por meio de Audiodosímetro ou medidor de pressão sonora em circuito de resposta lenta (slow) e compensação “A”;
- c) Quando se tratar de exposições a ruídos de impacto, as medições serão realizadas com medidor de pressão sonora operando em circuito linear e circuito de resposta para impacto. Não se dispondo de medidor de nível de pressão sonora operando no circuito de resposta para impacto, será válida a leitura feita no circuito de resposta rápida (fast) e circuito de compensação “C”;
- d) Havendo exposição a níveis de pressão sonora variados, devem constar da apresentação dos resultados: a memória dos valores em tabelas ou em gráficos, o tempo de permanência do trabalhador ou grupo de trabalhadores em cada nível de exposição, o cálculo do nível médio de pressão sonora (Lavg = level average), considerada a dose equivalente de exposição ao ruído, sujeitos à exposição a efetiva proteção promovida pelo uso do EPI e os nomes dos trabalhadores;

3.2.4.11. As exposições ao calor devem ser avaliadas em conformidade com Anexo 3 da NR 15 da Portaria MTE nº 3.214/78, ressaltados os aspectos a seguir:

- a) Critério de medição por meio de aspiração contínua;
- b) Emprego de bomba de amostragem pessoal, que propicie a verificação de, no mínimo, duas amostras que possam cobrir toda a jornada de trabalho;
- c) Registros dos dados utilizados para os cálculos da concentração da poeira respirável, necessariamente contendo as características da bomba de amostragem, a vazão empregada, a quantidade de poeira coletada, o volume total e o percentual da sílica livre encontrada, compondo os resultados da avaliação. Necessariamente os dados sobre a metodologia empregada devem constar dos informes e análise; e
- d) Certificados de calibração da bomba de amostragem e referido calibrador.

3.2.4.12. As exposições a produtos químicos devem ser avaliadas de conformidade com os Anexos 11 e 13 da NR 15, abrangendo todas as substâncias empregadas nas rotinas operacionais, salientados ainda os aspectos a seguir:

- a) Em avaliações qualitativas do emprego de produtos químicos, os resultados da análise devem contemplar as fontes de contaminação, as matérias primas manipuladas na rotina de operação e dados dos boletins ou fichas técnicas de identificação química dos produtos;
- b) Nas avaliações quantitativas procedidas através de análises de amostragem direta e leitura instantânea, devem ser realizadas pelo menos, dez amostragens intervaladas de no mínimo 20 (vinte) minutos, coletadas na zona respiratória do trabalhador, sendo que os dados das amostragens devem incorporar-se aos resultados da análise em tabelas com a respectiva média das concentrações e o tempo de exposição despendido em todas as fases de exposição ao agente químico analisado durante a jornada de trabalho. Necessariamente, os dados sobre a metodologia e o tipo de instrumental utilizado também devem constar dos registros da análise;
- c) As aferições atinentes a atividades das várias fases do trabalho, tais como os serviços de tratamento fitossanitário, devem abranger medições da concentração do agente químico em todas as etapas de operação (preparação, expurgo, cura, abertura da lona e guarda dos equipamentos);
- d) Nas amostragens contínuas e de leitura indireta os registros dos exames laboratoriais devem compor os resultados da análise;
- e) As avaliações quantitativas que apresentarem resultados 100% acima do limite de tolerância deverão ser refeitas com acompanhamento do técnico responsável pelo laudo, durante o tempo de duração da medição, sendo escolhido outro empregado para servir de apoio ao monitoramento;
- f) Verificar o tempo de exposição diário dos empregados aos riscos, bem como a quantidade de produto manuseado;
- g) Utilizar o cronograma do plano de ação anual do PPRA para propor a neutralização ou eliminação dos riscos avaliados;
- h) Realizar as avaliações ambientais separadamente por unidade e por ambiente periciado, sendo as informações coletadas próximo ao empregado que está exposto ao maior risco dentro do ambiente;
- i) Relacionar no cabeçalho da planilha todas as substâncias manuseadas no ambiente periciado. Nas planilhas de avaliações qualitativas e quantitativas, deve-se avaliar apenas as substâncias usadas com maior frequência e que o tempo de exposição e a quantidade manuseada justificar a avaliação;

- j) cada agente químico ou biológico avaliado será registrado na planilha de forma independente, podendo para tanto, copiar a parte da planilha quantas vezes forem necessárias;
- k) A planilha CONCLUSÃO: CARACTERIZAÇÃO (Insalubridade e Periculosidade) deverá ser preenchida por cargo, o que em alguns casos, mais de uma conclusão para o local avaliado;
- l) Cada local ou complexo avaliado terá sua conclusão independente dos demais, sendo elaborada também para cada cargo, registrando suas especificidades e características;
- m) Para os locais que não foram caracterizados como insalubres ou perigosos, deve-se registrar a palavra **“todos”** no campo especificado para descrever o cargo; e
- n) Pode-se utilizar as informações da FUNDACENTRO, bem como o Manual da ACGIH (American Conference of Governmental Industrial Hygienists) apenas para estabelecer proteção aos empregados.

3.2.4.13. Definições:

- a) Habitual: atividade que ocorre todos os dias úteis da semana, do mês e do ano.
- b) Permanente: atividade que possui duração superior a 6h40 por dia.
- c) Habitual e Permanente: atividade superior a 6h40 por dia, todos os dias úteis da semana.
- d) Habitual e Permanente (sazonal): atividade superior a 6h40 por dia, todos os dias úteis da semana, sendo restrito a alguns meses do ano.
- e) Intermitente: atividade que possui intervalos de durações variadas entre a jornada diária de trabalho.
- f) Habitual e Intermitente: atividade que ocorre de 30 minutos até 6h40 por dia, todos os dias úteis da semana.
- g) Eventual (ocorrência diária): atividade que ocorre durante até 30 minutos por dia, todos os dias úteis da semana, do mês e do ano.
- h) Eventual (ocorrência ocasional): atividade que ocorre no máximo uma vez por semana, independente de sua duração.

3.2.4.14. O LTCAT (cada Laudo separado) deverá ser entregue, no máximo, até 90 (noventa) dias corridos após a Ordem de Serviço - OS em arquivo eletrônico (elaborado em editor de texto, do tipo MICROSOFT WORD e/ou MICROSOFT EXCEL) e em PDF. Deverá ser entregue, no mínimo, 1 (uma) cópia impressa, devidamente assinada, na Gerência de Pessoas da EPL.

3.2.4.15. O LTCAT será encaminhado à Gerência de Pessoas da EPL (por e-mail) para avaliação. Somente após a aprovação será dado o aceite na Nota Fiscal para a realização do pagamento.

3.2.5. PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

3.2.5.1. O PCMSO detecta incidências de patologias entre a população de empregados, fornecendo os elementos para estudo da correlação entre este adoecimento e as condições e os processos de trabalho existentes. Quando detectados indicativos da existência de fatores desencadeantes de patologias, deverão ser desenvolvidas estratégias de ação e prevenção que garantam a promoção à saúde e integridade dos empregados da **CONTRATANTE**.

3.2.5.2. As ações do PCMSO contemplam os seguintes serviços:

- a) Elaboração, planejamento, execução e assistência técnica ao desenvolvimento do PCMSO, em observância às prescrições normativas discriminadas na NR-7 e de acordo com o cronograma estabelecido com a EPL, contendo completa descrição das ações preventivas, visando a elaboração do documento-base do PCMSO.
- b) Acompanhamento e execução do programa, utilizando o documento-base como parâmetro para as ações que deverão ser realizadas mensalmente, seguindo o cronograma aprovado, visando a completa execução do PCMSO;
- c) Acompanhamento da execução dos exames médicos ocupacionais e complementares, previstos nos normativos internos e Acordo Coletivo de Trabalho e quando necessários e solicitados pelo Médico, com acompanhamento da emissão dos respectivos Atestados de Saúde Ocupacional - ASO's. Conforme descrito na NR-7, são os seguintes:

- admissional;
- periódico;
- de retorno ao trabalho;
- de mudança de função;
- demissional.
- Compreendendo:
 - a) avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental;
 - b) exames complementares, realizados de acordo com os termos específicos nesta NR e seus anexos.

d) Avaliação de riscos com relação a danos à saúde dos empregados, com base no PPRA, com fornecimento de orientações para implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia após implantação.

e) Sugestão de treinamento, cursos e palestras relacionadas à saúde dos empregados.

3.2.5.3. Avaliação de riscos com relação a danos à saúde dos empregados, com base no PPRA, com fornecimento de orientações para a implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia após a implantação.

3.2.5.4. Acompanhamento e controle do estado clínico ocupacional dos empregados.

3.2.5.5. Execução de exames médicos especiais em portadores de subnormalidades, fazendo anamnese, exame clínico e/ou interpretando os resultados de exames complementares, para detectar prováveis danos à saúde em decorrência do trabalho que executam e instruir a CONTRATANTE para possíveis mudanças de atividades;

3.2.5.6. Elaboração do Relatório Anual do PCMSO, de acordo com os normativos previstos na NR 7, contendo a descrição completa das atividades desenvolvidas, durante o período contratual, com elaboração de quadro comparativo entre as ações de saúde propostas no planejamento anual e as ações efetivamente realizadas no período, além da elaboração do Quadro III, proposto na NR 7. Ressalta-se o previsto na Portaria nº 2018, de 23 de dezembro de 2017, que exige que o médico do trabalho esteja devidamente registrado no Conselho Federal de Medicina – CRM como tal.

3.2.5.7. As consultas para realização dos exames clínicos do PCMSO deverão ser realizados em ambientes adequados ao exercício médico, em uma sala reservada e com os prontuários médicos dos empregados a serem avaliados.

3.2.5.8. O atestado médico deve ser entregue pessoalmente pelo empregado, para a homologação presencial com o médico do trabalho. Caso o empregado esteja impossibilitado, o atestado poderá ser entregue por familiar.

3.2.5.9. O PCMSO deverá ser entregue, no máximo, até 30 (trinta) dias corridos após a Ordem de Serviço - OS em arquivo eletrônico (elaborado em editor de texto, do tipo MICROSOFT WORD e/ou MICROSOFT EXCEL) e em PDF. Deverá ser entregue, no mínimo, 1 (uma) cópia impressa, devidamente assinada, na Gestão de Pessoas da EPL.

3.2.5.10. O documento-base do PCMSO será encaminhado à Gerência Pessoas da EPL (por e-mail) para avaliação e aprovação. Somente após a aprovação será dado o aceite na Nota Fiscal para a realização do pagamento.

3.2.5.11. Emissão De Atestados De Saúde Ocupacional – ASO's

3.2.5.12. Sempre que se fizer necessário, o médico do trabalho deverá emitir o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, em 3 (vias) vias. A primeira via do ASO será obrigatoriamente entregue ao empregado examinado, que deverá datar e assinar, comprovando o correto recebimento das 3 vias; A segunda via do ASO ficará arquivada na Gerência de Pessoas da EPL, para ser anexada à pasta funcional do empregado e estar à disposição da fiscalização do trabalho; e a terceira deverá ficar com a empresa CONTRATADA para arquivo no prontuário do empregado.

3.2.5.13. O ASO deverá conter, no mínimo:

- a) Nome completo do empregado, matrícula e sua função;
- b) Riscos ocupacionais específicos existentes ou a ausência deles (escrito obrigatoriamente), a atividade do empregado, conforme instruções técnicas expedidas pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho-SSST;
- c) Indicação dos procedimentos médicos a que foi submetido o empregado, incluindo os exames complementares e a data em que foram realizados;
- d) Definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador vai exercer, exerce ou exerceu;
- e) Data, nome e assinatura do médico do trabalho e carimbo contendo seu número de inscrição no CRM; e
- f) Assinatura do empregado submetido ao exame, constatando o recebimento da sua via.

3.2.5.14. Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registrados em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA.

3.2.5.15. Os exames periódicos deverão ser realizados nas dependências da EPL.

3.2.5.16. Quando o término ou rescisão contratual, todos os prontuários individuais com todos os arquivos deverão ser entregues para o responsável da Gerência de Pessoas.

3.2.5.17. A CONTRATADA deverá realizar, além dos exames anuais periódicos, os outros exames previstos na NR 7, como Retorno ao Trabalho, quando o empregado ficar mais de 30 dias afastado ou quando for encaminhado ao INSS e for liberado pelo seu médico assistente antes da perícia, mesmo que o seu Periódico esteja dentro da validade.

3.2.5.18. Homologação De Atestados Médicos

- a) Tem como objetivo conhecer as doenças que acometem os empregados e correlacione o período indicado para o afastamento e a atividade desenvolvida pelo empregado. De acordo com a avaliação médica, o período poderá ser aumentado ou reduzido;
- b) Os empregados da EPL têm um prazo de 72 horas, segundo Regimento Interno, para apresentação dos atestados médicos;
- c) O atestado médico deve ser entregue pessoalmente pelo empregado, caso este esteja impossibilitado, o atestado poderá ser entregue por familiar;

d) Os atestados médicos são documentos oficiais e sigilosos. Podem ser contestados, caso o médico estranhe a veracidade do CID ou do próprio atestado. O atestado médico deverá ser arquivado no prontuário médico do empregado na empresa CONTRATADA. O médico do trabalho deverá entregar um formulário ao empregado, onde conste o nome completo e os dias homologados de afastamento para que este entregue na Gerência de Pessoas (visto o sigilo do atestado);

e) Em caso de internação, o atestado médico só será liberado após a alta, ultrapassando, talvez, o limite de 72 horas, para entrega. Neste caso o empregado ou familiar deverá comunicar a internação a Gerência de Pessoas da EPL e esta deverá identificar a empresa CONTRATADA da excepcionalidade do atraso da entrega.

3.2.5.19. Avaliação Médica Para Acidentes De Trabalho Ou Doença Ocupacional

a) Tem como objetivo estabelecer o nexo causal entre o quadro clínico e a atividade exercida, bem como fazer uma avaliação técnica das circunstâncias em que ocorreu o infortúnio;

b) A determinação dos mecanismos envolvidos na gênese/causa dos acidentes em serviço ou de trabalho é importante para práticas de prevenção aos agravos e promoção à saúde dos servidores. Os acidentes em serviço ou de trabalho, incluindo as doenças relacionadas ao trabalho, são eventos que podem indicar as condições de trabalho, sejam ambientais ou organizacionais, podendo ocasionar invalidez ou limitações que poderiam ser evitadas ou minimizadas por medidas preventivas;

c) Avaliação de situações de acidente de trabalho e/ou doenças profissionais, determinando o nexo causal da situação, devendo proceder investigação do acidente / doença e emissão de parecer quanto a abertura ou não de CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho.

d) Realizar o registro do acidente no prontuário do empregado e após emissão da CAT anexar cópia no prontuário.

3.2.5.20. Palestras Educativas

a) A realização de palestras, cursos, treinamentos, dentre outras medidas educativas no ambiente laboral, tem por finalidade promover a conscientização e capacitação dos colaboradores, no intuito de não somente cumprir com as exigências legais, mas também prevenir a ocorrência de acidentes e doenças ocupacionais, tendo em vista que as ações educativas desempenham um papel importante na promoção da conscientização do empregado e de um ambiente de trabalho seguro;

b) A necessidade da adoção das medidas educativas está prevista na legislação vigente relacionada à Segurança e Medicina do Trabalho, em especial nas NR 01;

c) Utilizar lista de presença, na qual obrigatoriamente os empregados deverão assinar, com fotos da palestra para o relatório final mensal de atividades;

d) Apresentar o conteúdo e programação, antes da palestra, para avaliação da Gerência de Pessoas;

e) Será realizada 1 (um) treinamento/palestra, anualmente sobre Ergonomia, o local será nas dependências da EPL.

3.2.6. Os serviços acima mencionados, deverão estar em acordo com as especificações deste Estudo Técnico Preliminar descrito no Item **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.**

3.2.7. A Contratada deverá comprovar que possui matriz, filial ou escritório em Brasília/DF, com pessoal qualificado e em quantidade suficiente para gerir o contrato.

3.2.8. Fornecimento de serviços utilizando-se exclusivamente, de profissionais devidamente habilitados, qualificados, credenciados e autorizados pelos órgãos competentes.

3.2.9. Os serviços deverão ser realizados de segunda a sexta em horário comercial.

3.2.10. Os exames periódicos deverão ser realizados nas dependências da EPL.

3.2.11. Com exceção dos exames periódicos, os demais exames previstos na NR-07 bem como a homologações de atestados e perícias médicas deverão ser realizados em estabelecimento da CONTRATADA que deverá ser necessariamente **Plano Piloto de Brasília-DF em um raio de 10 KM da EPL.**

3.2.12. Orientações Médicas Pandemia COVID 19 (SARS CoV-2)

3.2.12.1. A EPL solicitará reunião com o Médico Coordenador do PCMSO, conforme necessidade, para alinhamento da adoção de medidas protetivas de prevenção individual e coletiva à transmissão pelo SARS CoV-2 nos ambientes de trabalho, para preservação da saúde dos trabalhadores.

3.2.12.2. O Médico deverá orientar a conduta de investigação diagnóstica, orientar quanto às condutas frente à trabalhadores positivos para COVID-19 ou contactantes de pessoas com COVID-19 entre outras situações.

3.2.13. Qualificação Técnica:

3.2.13.1. As empresas deverão apresentar comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação deste item.

a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

c) Para a comprovação **da experiência mínima de 3 (três) anos, é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, com período igual ou superior a 12 meses, de forma não concomitante;**

d) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

e) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

f) O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a EPL possa valer-se para manter contato com a empresa declarante;

g) A EPL se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

3.2.13.2. As empresas deverão apresentar software ou plataforma WEB de SST conforme item 3.2.3.1 deste ETP, para fins de gestão do contrato e auditorias de órgãos fiscalizadores, de acordo com as especificações a seguir:

a) O PGR deverá ser estruturado em software ou plataforma WEB de gestão de SST, que permita acessar informações de forma individualizada por trabalhador, emitir relatórios, bem como conter elementos compatíveis com a elaboração do LTCAT, de forma a subsidiar a elaboração do PPP, além da transferência de dados conforme exigências do eSocial.

b) O Software deverá ter integração a plataforma do eSocial, os documentos previstos nas NRs deverão ser emitidos e armazenados, acesso de usuário com login e senha;

c) As informações ao eSocial deverão ser em meio digital, de acordo com o manual do eSocial e os normativos pertinentes ao tema;

d) O Software deverá permitir envio das informações ao Portal do eSocial mediante assinatura com certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil);

e) O treinamento deverá ser realizado conforme a necessidade da EPL;

f) As empresas deverão prestar manutenção e atendimento técnico ao software quando solicitado;

g) As empresas deverão disponibilizar atendimento telefônico com o suporte técnico.

3.2.13.3. O médico coordenador do PCMSO deverá possuir, obrigatoriamente, especialização em Medicina do Trabalho, ou seja, deverá possuir certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho em nível de pós-graduação, ou ser portador de Certificado de Residência Médica em área de concentração em saúde do profissional, ou denominação equivalente, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Educação, ambos ministrados por Universidade ou Faculdade que mantenha curso de Medicina, conforme item 4.4 da NR 4, com redação da Portaria do Departamento de Segurança e Saúde do Profissional - DSST n.º 11, de 17 de setembro de 1990.

3.2.13.4. Os médicos do Trabalho registrados no Ministério do Trabalho até a data da publicação da Portaria n.º 11, anteriormente citada, ou registrados no respectivo Conselho Profissional, têm seus direitos assegurados para o exercício da Medicina do Trabalho, conforme art. 4º da mesma Portaria, e ainda nos termos da Portaria SSMT n.º 25, de 27 de junho de 1969.

3.2.13.5. Caso haja designação do médico coordenador para o médico encarregado, que deverá ser profissional da **CONTRATADA**, para a realização dos exames médicos ocupacionais, conforme item 5.9.14 e este, como pratica ato médico (exame médico) e assina o ASO, deve estar registrado no CRM da Unidade da Federação na qual irá atuar, ou seja, registrado no Distrito Federal.

3.2.13.6. De acordo com o que preceitua a Norma Regulamentadora (NR-4), que dispõe sobre os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SEESMT) nas empresas, o engenheiro de segurança do trabalho deve possuir certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia e Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação (tal como disposto na Resolução nº 359 do CONFEA, de 31 de julho de 1991).

3.2.13.7. Registro da empresa em entidade profissional (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), capaz de fiscalizar os serviços realizados na matéria de Engenharia, com apresentação dos comprovantes de quitação de anuidade.

3.2.13.8. Registro da empresa em entidade profissional (CRM- Conselho Regional de Medicina), capaz de fiscalizar os serviços realizados na matéria de Medicina, com apresentação dos comprovantes de quitação de anuidade.

3.2.13.9. Registro dos profissionais responsáveis técnicos, em seus respectivos órgãos de classe (CREA e CRM), que comprove a capacitação técnica na matéria exigida.

3.3. Critérios e práticas de sustentabilidade:

3.3.1. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro 2010, os requisitos da contratação de serviços consideraram que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

- III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- VII - respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

3.4. Da natureza do serviços:

3.4.1. Trata-se de serviço de natureza contínua, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade da empresa de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas da EPL, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional..

3.5. Requisitos Temporais:

3.6. Para esta demanda, deverão ser observados os seguintes prazos principais:

3.6.1. Reunião Inicial: A contratada será convocada para reunião inicial correspondente ao contrato, a ser marcada pela equipe de fiscalização em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação da Portaria de Fiscalização. A reunião inicial poderá ser realizada por meio de Skype ou Ligação telefônica, também chamado ‘call’.

3.7. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos na Lei 13.303, de 30 de junho 2016.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. O dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, se dá pela gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento, observadas na Norma Reguladora n.º 4. (Alterado pela Portaria SSMT n.º 33, de 27 de outubro de 1983)

4.2. A norma mencionada no item 4.1, desobriga a contratação, para o quadro funcional da EPL, de Técnico Segurança do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Auxiliar de Enfermagem do Trabalho Enfermeiro do Trabalho e Médico do Trabalho, em razão da quantidade de profissionais que é inferior ao exigido pela referida norma.

4.3. Realizado levantamento de mercado para determinar quais são as soluções e inovações existentes que poderiam atender aos requisitos estabelecidos nesse estudo, para tanto, equipe técnica consultou contratações no Paineiro de Preços do Governo Federal (SEI 4396096).

4.4. Com vistas a realizar uma ampla pesquisa de mercado, consultamos formalmente 22 (vinte e dois) fornecedores, dos quais, apenas 5 (cinco) apresentaram proposta (SEI nº 4474449).

4.5. Portanto, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, levando-se em conta aspectos da contratação anterior, de economicidade, eficácia, eficiência, padronização, sustentabilidade e inovação pretende-se realizar a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A NR-1 é a norma que estabelece as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas a segurança e saúde no trabalho e as diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST.

5.2. As NR são de observância obrigatória pelas organizações e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

5.3. A observância das NR não desobriga as organizações do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios, bem como daquelas oriundas de convenções e acordos coletivos de trabalho.

5.4. Direitos e deveres.

5.5. Cabe a CONTRATADA:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho;
- b) informar aos trabalhadores:
 - I - os riscos ocupacionais existentes nos locais de trabalho;
 - II - as medidas de prevenção adotadas pela empresa para eliminar ou reduzir tais riscos;
 - III - os resultados dos exames médicos e de exames complementares de diagnóstico aos quais os próprios trabalhadores forem submetidos; e
 - IV - os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho.
- c) elaborar ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho, dando ciência aos trabalhadores;
- d) determinar procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho, incluindo a análise de suas causas;
- e) disponibilizar à Inspeção do Trabalho todas as informações relativas à segurança e saúde no trabalho; e
- f) implementar medidas de prevenção, ouvidos os trabalhadores, de acordo com a seguinte ordem de prioridade:
 - I - eliminação dos fatores de risco;
 - II - minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas de proteção coletiva;
 - III - minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas administrativas ou de organização do trabalho; e

5.6. Do Gerenciamento de riscos ocupacionais.

5.6.1. A organização deve implementar, por estabelecimento, o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades.

5.6.2. O gerenciamento de riscos ocupacionais deve constituir um Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR.

5.6.3. A critério da organização, o PGR pode ser implementado por unidade operacional, setor ou atividade.

5.6.4. O PGR pode ser atendido por sistemas de gestão, desde que estes cumpram as exigências previstas nesta NR e em dispositivos legais de segurança e saúde no trabalho.

5.7. A contratada deve:

- I - evitar os riscos ocupacionais que possam ser originados no trabalho;
- II - identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- III - avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- IV - classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- V - implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem de prioridade estabelecida na alínea “f” do subitem 5.5; e
- VI - acompanhar o controle dos riscos ocupacionais.

5.7.1. Considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17.

5.7.2. Adotar mecanismos para:

- a) consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver; e
- b) comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR.

5.7.3. Adotar as medidas necessárias para melhorar o desempenho em SST.

5.7.4. Processos de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais.

5.7.5. Processos de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais devendo considerar o disposto nas Normas Regulamentadoras e demais exigências legais de SST.

5.7.6. Elaborar Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT.

5.7.7. Objetivo da avaliação será pautado na extensão dos trabalhos executados, abrangendo inclusive a caracterização de possíveis ocorrências de trabalho em condições insalubres e perigosas, tendo como base legal o disposto nas Normas Regulamentadoras números 15, 16 e 33 da Portaria MTb 3.214, de 1978, abrangendo análise dos riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, bem como as legislações vigentes quando da celebração da prestação dos serviços .

5.7.8. O Laudo Técnico deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

- a) Critério adotado: mencionar a legislação ou norma em que baseou para a elaboração do laudo técnico (critério qualitativo e quantitativo);

- b) Descrição das atividades e condições de exposição, descrevendo detalhadamente as atividades desenvolvidas pelos empregados, o ambiente de trabalho e as máquinas e equipamentos utilizados;
- c) Identificação e avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos químicos, físicos e biológicos;
- d) Medição de ruído com laudo impresso em todos os maquinários, veículos nas unidades operacionais e administrativas e os diversos ambientes de trabalho com ruído acima de 85 db(a). O laudo deverá ser anexado no relatório do LTCAT;
- e) Medição de luminosidade com laudo impresso em todos os ambientes de trabalho com iluminação abaixo do recomendado. O laudo deverá ser anexado no relatório do LTCAT;
- f) Medição dos agentes nocivos identificados, utilizando equipamentos adequados e calibrados;
- g) Avaliação de atividades e operações insalubres - NR 15, atribuindo insalubridade, se houver, e o respectivo percentual de pagamento;
- h) Avaliação de atividades e operações perigosas - NR 16, atribuindo periculosidade, se houver, e o respectivo percentual de pagamento;
- i) Laudo assinado por médico especialista em medicina do trabalho devidamente registrado no CRM ou engenheiro de segurança do trabalho devidamente registrado no CREA; e
- j) Montagem, estruturação e impressão de relatório com validade para 12 (doze) meses.

5.7.9. O relatório deverá ser entregue no máximo em 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato em arquivo eletrônico, elaborado em editor de texto, do tipo MICROSOFT WORD e/ou MICROSOFT EXCEL e 1 (uma) cópia impressa devidamente assinada.

5.8. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO - previsto na NR- 7, é um programa que especifica procedimentos e condutas a serem adotadas pelas empresas em função dos riscos aos quais os empregados se expõem no ambiente de trabalho, que é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR.

5.8.1. Esta Norma estabelece diretrizes e requisitos para o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO nas organizações, com o objetivo de proteger e preservar a saúde de seus empregados em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da organização.

5.8.2. Aplica-se às organizações e aos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como aos órgãos dos poderes legislativo e judiciário e ao Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

5.8.3. São diretrizes do PCMSO:

- a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
- b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
- c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
- d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
- e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
- f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
- g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
- h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
- i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
- j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
- k) subsidiar ações de readaptação profissional;
- l) controlar a imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

5.8.4. O PCMSO deve incluir ações de:

- a) vigilância passiva da saúde ocupacional, a partir de informações sobre a demanda espontânea de empregados que procurem serviços médicos;
- b) vigilância ativa da saúde ocupacional, por meio de exames médicos dirigidos que incluam, além dos exames previstos na NR-7, a coleta de dados sobre sinais e sintomas de agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais.

5.8.5. Compete ao empregador:

- a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
- b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
- c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

5.8.6. O PCMSO deve ser elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR.

5.8.7. Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

5.8.8. PCMSO deve incluir a avaliação do estado de saúde dos empregados em atividades críticas, como definidas nesta Norma, considerando os riscos envolvidos em cada situação e a investigação de patologias que possam impedir o exercício de tais atividades com segurança.

5.8.9. A organização deve garantir que o PCMSO:

- a) descreva os possíveis agravos à saúde relacionados aos riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR;
- b) contenha planejamento de exames médicos clínicos e complementares necessários, conforme os riscos ocupacionais identificados, atendendo ao determinado nos Anexos desta NR;
- c) contenha os critérios de interpretação e planejamento das condutas relacionadas aos achados dos exames médicos;
- d) seja conhecido e atendido por todos os médicos que realizarem os exames médicos ocupacionais dos empregados;
- e) inclua relatório analítico sobre o desenvolvimento do programa, conforme o subitem 7.6.2 desta NR.

5.8.10. O médico responsável pelo PCMSO, caso observe inconsistências no inventário de riscos da organização, deve reavaliá-las em conjunto com os responsáveis pelo PGR.

5.8.11. O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

- a) admissional;
- b) periódico;
- c) de retorno ao trabalho;
- d) de mudança de riscos ocupacionais;
- e) demissional.

5.8.12. Os exames médicos de que trata o subitem 5.9.14 compreendem exame clínico e exames complementares, realizados de acordo com as especificações desta e de outras NR.

5.8.13. O exame clínico deve obedecer aos prazos e à seguinte periodicidade:

- I - no exame admissional: ser realizado antes que o empregado assuma suas atividades;
- II - no exame periódico: ser realizado de acordo com os seguintes intervalos:
 - a) para empregados expostos a riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR e para portadores de doenças crônicas que aumentem a susceptibilidade a tais riscos:
 - 1. a cada ano ou a intervalos menores, a critério do médico responsável;
 - 2. de acordo com a periodicidade especificada no Anexo IV da NR -7, relativo a empregados expostos a condições hiperbáricas;
 - b) para os demais empregados, o exame clínico deve ser realizado a cada dois anos.

5.8.14. No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

5.8.15. No exame de retorno ao trabalho, a avaliação médica deve definir a necessidade ou não de retorno gradativo ao trabalho.

5.8.16. O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

5.8.17. No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias corridos contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias corridos, para as organizações graus de risco 1 e 2, e há menos de 90 (noventa) dias corridos, para as organizações graus de risco 3 e 4.

5.8.18. Os exames complementares laboratoriais previstos na NR - 7 devem ser executados por laboratório que atenda ao disposto na RDC/Anvisa n.º 302/2005, no que se refere aos procedimentos de coleta, acondicionamento, transporte e análise, e interpretados com base nos critérios constantes nos Anexos desta Norma e são obrigatórios quando:

- a) o levantamento preliminar do PGR indicar a necessidade de medidas de prevenção imediatas;

- b) houver exposições ocupacionais acima dos níveis de ação determinados na NR-09 ou se a classificação de riscos do PGR indicar.
- 5.8.19. No exame admissional, a critério do médico responsável, poderão ser aceitos exames complementares realizados nos 90 (noventa) dias anteriores, exceto quando definidos prazos diferentes nos Anexos desta NR - 7.
- 5.8.20. Podem ser realizados outros exames complementares, a critério do médico responsável, desde que relacionados aos riscos ocupacionais classificados no PGR e tecnicamente justificados no PCMSO.
- 5.8.21. Para cada exame clínico ocupacional realizado, o médico emitirá Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, que deve ser comprovadamente disponibilizado ao empregado, devendo ser fornecido em meio físico quando solicitado.
- 5.8.22. Os empregados que realizarem exames periódicos, se submeterão aos seguintes exames:
- I - Anamnese ocupacional;
 - II - Exame físico e mental.
- 5.8.23. Os empregados que realizarem exames admissionais, se submeterão aos seguintes exames:
- I - Anamnese ocupacional;
 - II - Exame físico e mental.
- 5.8.24. Especificamente, quanto aos exames clínicos (anamnese ocupacional e exame físico e mental), estes deverão ser realizados com a devida cautela, avaliando se a saúde do trabalhador em seu aspecto geral, a sua capacidade laborativa e a possível repercussão do trabalho sobre a sua saúde. Os exames deverão observar as Sugestões de Condutas Médico-Administrativas SCMA nº 5 da ANAMT (Associação Nacional de Medicina do Trabalho) abordando, no mínimo, os seguintes procedimentos:
- I - Anamnese Ocupacional - deve ser feita de forma cuidadosa, por meio da análise documental dos antecedentes ocupacionais do empregado, buscando doenças ou acidentes que possam identificar inaptidões ao trabalho. Deve ser dada especial atenção aos hábitos e estilo de vida do trabalhador, visto que, com frequência, estes podem predispor a doenças e acidentes de caráter ocupacional. Devem ser consideradas as suas atividades, horário de trabalho, as pausas, o ritmo de trabalho, o descanso semanal, a posição de trabalho, os movimentos repetitivos, as condições ambientais de conforto, etc. Deve ainda ser avaliado como o trabalhador termina a sua jornada diária (algum ponto dolorido, sensação localizada de desconforto, sensação de mal-estar, fadiga, nervosismo e etc).
 - II - Exame físico e mental - deve avaliar os diversos aparelhos e sistemas do organismo, ainda que na ausência de queixas e diante das mais simples atividades de trabalho.
- 5.8.25. Para fins de avaliação da aptidão ou não do trabalhador, quando da emissão do Atestado de Saúde Ocupacional ASO, deverão ser considerados, a anamnese ocupacional e exame físico e mental.
- 5.8.26. O ASO deve conter no mínimo:
- a) razão social e CNPJ ou CAEPF da organização;
 - b) nome completo do empregado, o número de seu CPF e sua função;
 - c) a descrição dos perigos ou fatores de risco identificados e classificados no PGR que necessitem de controle médico previsto no PCMSO, ou a sua inexistência;
 - d) indicação e data de realização dos exames ocupacionais clínicos e complementares a que foi submetido o empregado;
 - e) definição de apto ou inapto para a função do empregado;
 - f) o nome e número de registro profissional do médico responsável pelo PCMSO, se houver;
 - g) data, número de registro profissional e assinatura do médico que realizou o exame clínico.
- 5.8.27. A aptidão para trabalho em atividades específicas, quando assim definido em Normas Regulamentadoras e seus Anexos, deve ser consignada no ASO.
- 5.8.28. Quando forem realizados exames complementares sem que tenha ocorrido exame clínico, a organização emitirá recibo de entrega do resultado do exame, devendo o recibo ser fornecido ao empregado em meio físico, quando solicitado.
- 5.8.29. Sendo verificada a possibilidade de exposição excessiva a agentes listados no Quadro 1 do Anexo I da NR - 7, o médico do trabalho responsável pelo PCMSO deve informar o fato aos responsáveis pelo PGR para reavaliação dos riscos ocupacionais e das medidas de prevenção.
- 5.8.30. Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.
- 5.8.31. O prontuário do empregado deve ser mantido pela CONTRATADA, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante nos Anexos desta NR - 7.
- 5.8.32. Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.
- 5.8.33. Podem ser utilizados prontuários médicos em meio eletrônico desde que atendidas as exigências do Conselho Federal de Medicina.
- 5.8.34. O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, a cada 12 (doze) meses após a entrega último relatório, contendo, no mínimo:
- a) o número de exames clínicos realizados;
 - b) o número e tipos de exames complementares realizados;
 - c) estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
 - d) incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
 - e) informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
 - f) análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.
- 5.8.35. A organização deve garantir que o médico responsável pelo PCMSO considere, na elaboração do relatório analítico, os dados dos prontuários médicos a ele transferidos, se for o caso.
- 5.8.36. Caso o médico responsável pelo PCMSO não tenha recebido os prontuários médicos ou considere as informações insuficientes, deve informar o ocorrido no relatório analítico.
- 5.8.37. O relatório analítico deve ser apresentado e discutido com os responsáveis por segurança e saúde no trabalho da organização, incluindo a CIPA, quando existente, para que as medidas de prevenção necessárias sejam adotadas na organização.
- 5.8.38. A empresa contratada deverá elaborar, coordenar, gerenciar e prestar assistência técnica no desenvolvimento da execução do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, contemplando descrição das ações preventivas.
- 5.9. NR-09 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos, estabelece os requisitos para a avaliação das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos quando identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, previsto na NR-1, e subsidiá-lo quanto às medidas de prevenção para os riscos ocupacionais.
- 5.9.1. As medidas de prevenção estabelecidas na NR - 09 se aplicam onde houver exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos.
- 5.9.2. A abrangência e profundidade das medidas de prevenção dependem das características das exposições e das necessidades de controle.
- 5.9.3. A identificação das exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos deverá considerar:
- a) descrição das atividades;
 - b) identificação do agente e formas de exposição;
 - c) possíveis lesões ou agravos à saúde relacionados às exposições identificadas;
 - d) fatores determinantes da exposição;
 - e) medidas de prevenção já existentes; e
 - f) identificação dos grupos de trabalhadores expostos.
- 5.9.4. Deve ser realizada análise preliminar das atividades de trabalho e dos dados já disponíveis relativos aos agentes físicos, químicos e biológicos, a fim de determinar a necessidade de adoção direta de medidas de prevenção ou de realização de avaliações qualitativas ou, quando aplicáveis, de avaliações quantitativas.
- 5.9.5. A avaliação quantitativa das exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos, quando necessária, deverá ser realizada para:
- a) comprovar o controle da exposição ocupacional aos agentes identificados;
 - b) dimensionar a exposição ocupacional dos grupos de trabalhadores;
 - c) subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.
- 5.9.6. A avaliação quantitativa deve ser representativa da exposição ocupacional, abrangendo aspectos organizacionais e condições ambientais que envolvam o trabalhador no exercício das suas atividades.
- 5.9.7. Os resultados das avaliações das exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos devem ser incorporados ao inventário de riscos do PGR.
- 5.9.8. As avaliações das exposições ocupacionais devem ser registradas pela organização, conforme os aspectos específicos constantes nos Anexos desta NR-09.
- 5.9.9. Medidas de Prevenção e Controle das Exposições Ocupacionais aos Agentes Físicos, Químicos e Biológicos.

- 5.9.10. As medidas de prevenção e controle das exposições ocupacionais referentes a cada agente físico, químico e biológico estão estabelecidas nos Anexos desta NR-09.
- 5.9.11. Devem ser adotadas as medidas necessárias para a eliminação ou o controle das exposições ocupacionais relacionados aos agentes físicos, químicos e biológicos, de acordo com os critérios estabelecidos nos Anexos desta NR-09, em conformidade com o PGR.
- 5.9.12. As medidas de prevenção e controle das exposições ocupacionais integram os controles dos riscos do PGR e devem ser incorporados ao Plano de Ação.
- 5.9.13. Na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos, devem ser utilizados como referência para a adoção de medidas de prevenção aqueles previstos pela American Conference of Governmental Industrial Hygienists - ACGIH.
- 5.9.14. Considera-se nível de ação, o valor acima do qual devem ser implementadas ações de controle sistemático de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições ocupacionais ultrapassem os limites de exposição.
- 5.9.15. Quanto ao Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, a Contratada deverá, elaborar, realizar, manter e gerenciar o PPP eletrônico dos empregados da EPL.
- 5.10. A NR - 17 - Análise Ergonômica de Trabalho - AET é relativa à Ergonomia e visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente, de modo a eliminar possíveis fontes de doenças ocupacionais ou do trabalho.
- 5.10.1. Para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, cabe ao empregador realizar a análise ergonômica do trabalho, devendo a mesma abordar, no mínimo, as condições de trabalho.
- 5.10.2. A elaboração de Análise Ergonômica do Trabalho - AET, deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Avaliar a iluminação; ventilação; temperatura efetiva e ruído de frequência;

b) Realizar análise ergonômica do mobiliário, análise ergonômica dos setores e análise postural; e

c) Apresentar relatório elaborado por engenheiro de segurança do trabalho, devidamente inscrito no CREA/DF, sendo avaliados todos os setores da EPL.
- 5.10.3. A Análise ergonômica do trabalho (AET) tem como objetivo observar, avaliar e analisar as relações existentes entre demandas de doenças, acidentes e produtividade com as condições de trabalho, os sistemas e a organização do trabalho. Deverá compreender três fases;

1º Análise de demanda;

2º Análise da Tarefa que envolve:

a) Análise das condições posturais e antropométricas dos trabalhadores;

b) Análise dos aspectos psicológicos dos trabalhadores;

c) Análise Organizacional; e

d) Análise das condições ambientais.

3º Análise das atividades.
- 5.10.4. Será aplicado a metodologia OCRA, que consiste em:

a) Avaliar condições de risco de lesões de membros superiores em função da atividade exercida;

b) Adequar os postos de trabalho, mensurando repetitividade e o esforço muscular;

c) Prever número de trabalhadores acometidos;

d) Propor soluções práticas e exequíveis; e

e) Aplicação de produtividade sem riscos.
- 5.11. Exames Laboratoriais para avaliação de hormônio Beta Gonadotrófico Coriônico (Beta - HCG), sendo realizada nas mulheres com integração à avaliação dos exames demissionais, sendo estes realizados em laboratório credenciado.
- 5.12. Emissão de Laudo Caracterizador de Deficiência (Laudo (PCD/PNE), para admissão laboral, conforme preveem Decreto 3.298/199 e Instrução Normativa SIT/MTE nº 98 de 15/05/2012.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

- 6.1. A estimativa da quantidade se deu pela análise do Turnover da EPL dos anos de 2019 e 2020.
- 6.2. No ano de 2019 no âmbito da EPL ocorreram 72 (setenta e duas) nomeações e 71 (setenta e uma) exonerações, já no ano de 2020 ocorreram 38 (trinta e oito) nomeações, e 45(quarenta e cinco) exonerações, de modo a realizar o atendimento da demanda, foi elaborado a média entre os anos apontados, que teve como resultado 60 (sessenta) nomeações, conforme segue:

	2020	2019	Média
Nomeação	38	72	55
Exoneração	45	71	58
Total			56,5

- 6.3. A quantidade de exames periódicos, justifica-se pela quantidade de cargos na EPL, cujo o valor é de 143 cargos.
- 6.4. Os demais exames, as quantidades foram mantidas conforme contratação anterior, visto que nos anos de 2019 e 2020 não foram utilizados a totalidade cotada.
- 6.5. Visando manter uma margem segura, visto que a contratação é realizada sob demanda, optou-se pela quantidade estimada de 60 (sessenta) exames admissionais e demissionais, conforme segue:

Item	Descrição dos Serviços	Quantidade Estimada
I	LTCAT	1
II	Elaboração e Planejamento completo PCMSO	1
III	Elaboração e Planejamento completo do PPRA/PGR NR 1	1
IV	PPP	60
V	Exames Admissionais	60
VI	Exames Demissionais	60
VII	Exames de Retorno ao Trabalho	12
VIII	Exames Periódicos Clínicos IN LOCO	143
IX	Exame de Mudança de Função	80
X	Homologação de Atestados	120
XI	Análise Ergonômica de Trabalho	1
XII	Exame Laboratorial para Hormônio Beta - HCG	30
XIII	Laudo (PCD/PNE)	6
XIV	Treinamento Ergonomia	143

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado da pretendida contratação para aquisição dos serviços, foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros.

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como PAINEL DE PREÇOS ou banco de preços (SEI n.º 4396087 e 4396096);

II - pesquisa direta com 5 (cinco) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por e-mail, e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.
- 7.2. Com base na pesquisa de preços realizada a pretensa contratação encontra-se estimada em **R\$ 57.655,00 (cinquenta e sete mil seiscentos e cinquenta e cinco reais)**, conforme tabela abaixo:

			Contratações Similares	Fornecedores						
Item	Descrição	Quant de Serviços	MEDIANA PAINEL DE PREÇOS	MAESTA - Medicina e Segurança do Trabalho		BSB MED - Segurança. Medicina do Trabalho e Meio Ambiente		SEGMED BRASÍLIA - Segurança e Medicina do Trabalho		AMBRAC - f Segurança d
			Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário
1	LTCAT	1		R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 500,00
2	PCMSO	1		R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 500,00

3	PPRA para GRO/PGR, conforme alteração da NR-1	1		R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 900,00
4	PPP	60		R\$ 30,00	R\$ 1.800,00	R\$ 55,00	R\$ 3.300,00	R\$ 120,00	R\$ 7.200,00	R\$ 100,00
5	Exames Admissionais	60		R\$ 25,00	R\$ 1.500,00	R\$ 55,00	R\$ 3.300,00	R\$ 60,00	R\$ 3.600,00	R\$ 30,00
6	Exames Demissionais	60		R\$ 25,00	R\$ 1.500,00	R\$ 55,00	R\$ 3.300,00	R\$ 60,00	R\$ 3.600,00	R\$ 30,00
7	Exames de Retorno ao Trabalho	12		R\$ 25,00	R\$ 300,00	R\$ 55,00	R\$ 660,00	R\$ 60,00	R\$ 720,00	R\$ 30,00
8	Exames Periódicos Clínicos IN LOCO	143		R\$ 35,00	R\$ 5.005,00	R\$ 65,00	R\$ 9.295,00	R\$ 75,00	R\$ 10.725,00	R\$ 41,00
9	Exame de Mudança de Função	80		R\$ 25,00	R\$ 2.000,00	R\$ 55,00	R\$ 4.400,00	R\$ 60,00	R\$ 4.800,00	R\$ 30,00
10	Homologação de Atestados	120		R\$ 20,00	R\$ 2.400,00	R\$ 55,00	R\$ 6.600,00	R\$ 60,00	R\$ 7.200,00	R\$ 30,00
11	AET - Análise Ergonômica de Trabalho	1		R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00	R\$ 15.120,00	R\$ 15.120,00	R\$ 1.500,00
12	Exame Laboratorial para Hormônio Beta - HCG	30		R\$ 37,80	R\$ 1.134,00	R\$ 44,00	R\$ 1.320,00	R\$ 70,00	R\$ 2.100,00	R\$ 65,00
13	Laudo (PCD/PNE)	6		R\$ 35,00	R\$ 210,00	R\$ 55,00	R\$ 330,00	R\$ 160,00	R\$ 960,00	R\$ 100,00
14	Treinamento Ergonomia (Turma)	143		R\$ 50,00	R\$ 7.150,00	R\$ 120,00	R\$ 17.160,00	R\$ 250,00	R\$ 35.750,00	R\$ 250,00
VALOR TOTAL POR POTE			R\$ 41.973,00	R\$ 31.999,00		R\$ 55.565,00		R\$ 99.275,00		R\$ 57.9

- 7.3.
8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO
- 8.1. O objeto da contratação será composto por 14 itens, de preço total estimando no valor de **R\$ 57.655,00 (cinquenta e sete mil seiscentos e cinquenta e cinco reais)**. Para fins de classificação, serão considerados a composição de custos menores ou iguais à mediana, por analogia a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021.
- 8.2. Levando em consideração o mercado fornecedor, foi constatado ser técnica e economicamente viável que as empresas do seguimento são capazes de executar os itens de forma autônoma garantindo o melhor aproveitamento do mercado
- 8.3. Além do mais, o parcelamento dos serviços devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor.
- 8.4. Neste sentido, esclarecemos que nossa análise aponta para o NÃO PARCELAMENTO do objeto. Uma vez que quando reparamos o conjunto de serviços especificados. certamente eles devem ser realizados por um médico coordenador do PCMSO e um engenheiro responsável, que devem estar sob a mesma responsabilidade de execução como etapas interligadas e não isoladas.
- 8.5. Destarte, o não parcelamento da solução não se configura prejuízo para o conjunto da solução, perda de economia de escala e favorece a ampliação da competitividade.
9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
- 9.1. Conforme dispõe o inciso VIII, art. 7º, da Instrução Normativa nº 40/2020, sinalizamos que não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da aquisição/contratação pretendida.
10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO
- 10.1. A contratação estará alinhada aos objetivos previstos no:
- 10.1.1. Planejamento Estratégico da EPL no que diz respeito aos objetivos, em específico no que concerne a Pessoas, item 9 – “atrair e reter talentos e desenvolver competências na quantidade adequada e com tempestividade”, contemplando outras ações voltadas de gestão de pessoas;
- 10.1.2. Regimento Interno, art. 16, inciso v, letra "a": "planejar e implementar as políticas e a estratégia de pessoal, tendo por base a Cadeia de Valor e o Planejamento Estratégico Institucional” ;
- 10.1.3. Plano Anual de Contratações de 2021 – Item 247 e no Plano Anual de Contratações de 2022 - Item 58, nos termos da Instrução Normativa nº 01/2019 SEGES/ME e ainda, a Resolução DIREX nº 03, de 31 de março de 2020.
11. RESULTADOS PRETENDIDOS
- 11.1. Cabe demonstrar, que os ganhos diretos almejados com a pretensa contratação, se dará pelo atendimento à legislação trabalhista e previdenciária vigente, diminuição de riscos associados às atividades dos profissionais e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores.
- 11.2. Naturalmente, os ganhos indiretos pretendidos estão ligados ao desenvolvimento de um ambiente de trabalho saudável.
- 11.3. De certo, há mais a elencar no que tange aos referidos ganhos, tais como:
- I - Oferecer aos colaboradores da EPL as condições para primar por sua saúde e segurança no ambiente de trabalho;
 - II - Garantir a saúde física, mental e social do empregado;
 - III - Baixo índice de afastamentos do trabalho;
 - IV - Redução de gastos com a qualidade de vida no trabalho seja pela saúde como pela segurança;
 - V - Evitar custos com afastamentos e ações judiciais;
 - VI - Valorizar e priorizar a saúde dos trabalhadores;
 - VII - Melhoria na produtividade;
 - VIII - Incremento na motivação e no engajamento;
 - IX - Estar em dias com as previsões da legislação.
- 11.4. Por derradeiro, além de primar pela eficácia e eficiência, a empresa realiza melhor o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis.
12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS
- 12.1. Não há adequação física a ser realizada nas dependências da EPL, muito embora os exames periódicos serão realizados IN LOCO.
13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS
- 13.1. Os possíveis impactos ambientais serão mitigados por meio da observância aos critérios e práticas de sustentabilidade definidos neste ETP, no Item DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, que prevê que as empresas deverão observar todas as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em todas as fases do procedimento administrativo.
- 13.2. As empresas observarão, ainda, no que couber, os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.
14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE
- 14.1. Encerrada a etapa de elaboração de estudos técnicos preliminares e considerando:
- I - a justificativa da necessidade da contratação e da escolha do tipo de solução adequada à satisfação da demanda;
 - II - o alinhamento da contratação aos planos gerenciais (estratégico e tático - operacional);
 - III - o levantamento e análise dos requisitos da contratação, com descrição integral da solução, em nível de especificação adequada e suficiente para se alcançar os resultados pretendidos;
 - IV - a exposição dos resultados pretendidos em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, quanto aos impactos ambientais positivos e da melhoria contínua da qualidade dos serviços;
 - V - a coerência da quantidade de serviço requerida em face da demanda prevista;
 - VI - a capacidade do mercado de atender a necessidade do negócio;
 - VII - a estimativa preliminar de preços da solução documentada;
 - VIII - a justificativa para o não-parcelamento da solução;
 - IX - o levantamento e tratamento dos riscos do planejamento da contratação e da gestão contratual, e relação custo-benefício favorável da contratação da solução escolhida.
- 14.2. Assim, diante do exposto acima, entendemos ser VIÁVEL a contratação da solução demandada.
15. RESPONSÁVEIS
- 15.1. Despacho nº 194/2021/GELIC-EPL/DGE-EPL (SEI nº 4268965).
- 15.2. Registra-se que o Estudo Técnico Preliminar foi realizado em conformidade com a Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 e conforme previsto no artigo 6º da referida IN foi elaborado conjuntamente por empregados da área técnica e requisitante designados para equipe de planejamento da contratação.

(assinado eletronicamente)
LUCIANA SOUZA CRUZ
Assistente I

(assinado eletronicamente)
TIAGO SEVERO COELHO DE OLIVEIRA
Assistente II
Matrícula: 3233749

+

Ante o exposto, de acordo e encaminho o referido documento à Gerente de Pessoas, Conhecimento e Inovação.

(assinado eletronicamente)
JULIA PONTES AZEVEDO
Coordenadora de Administração de Pessoal - Substituta

De acordo. Encaminho submeto à Gerência de Licitações e Contratos.

(assinado eletronicamente)
GRASIELLE DE OLIVEIRA ABRANTES
Gerente de Pessoas, Conhecimento e Inovação



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Souza Cruz, Assistente I**, em 29/10/2021, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Severo Coelho de Oliveira, Assistente II**, em 29/10/2021, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Julia Pontes Azevedo, Coordenador - Substituto**, em 29/10/2021, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Grasielle de Oliveira Abrantes, Gerente**, em 29/10/2021, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4783049** e o código CRC **CDB426BA**.



Referência: Processo nº 50840.100548/2021-78



SEI nº 4783049

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: (61) 3426-3719 - www.epl.gov.br